

**POLIFÔNICOS DE 1964: HISTÓRIA ORAL E ESTUDOS CULTURAIS NA
AMAZÔNIA PARAENSE**Jaime Cuéllar Velarde¹**RESUMO**

O golpe e processo ditatorial civil-militar (1964-85) incitaram consideráveis publicações, ciclos de debates, fóruns, conferências e pesquisas. Esta vasta produção no cenário nacional recebeu, em 2004, uma publicação regional de memórias, privilegiei mapear e analisar sentimentos aflorados daquelas narrativas orais e sobre os quarenta anos do golpe em solo amazônico paraense, intitulada "1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará". A temática provocou-me o interesse por conhecer mais sobre a produção regional e tal qual foi a surpresa ao perceber raras e honrosas produções nesta seara, cujo destaque recai sobre as pesquisas de Pere Petit, com enfoques políticos e econômicos sobre o tema em tela. De posse destas informações, decidi investigar as memórias de sujeitos culturais sobre o golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense sob os auspícios dos Estudos Culturais. Compreendendo a História Oral como método de captura e interpretação de memórias, investi na compreensão deste advento a partir de relatos de memórias de oito narradores dissidentes ao regime. Ao estabelecer aspectos identitários dos narradores performáticas por compreender corpo e linguagem como portadores de cultura. Assim, ciente das importâncias dos métodos tradicionais para a compreensão da história, alcancei outra compreensão para os anos de Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense pautada nas encenações de memórias marginais à historiografia tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe e Ditadura Civil-Militar; Amazônia Paraense; Sujeitos Culturais; Estudos Culturais; Memórias de Dor.

**POLYPHONICS OF 1964: ORAL HISTORY AND CULTURAL STUDIES IN THE PARAENSE
AMAZON**

Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA - 2010); Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA - 2004-2005); Licenciado Pleno e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA-1995-1999). Professor Efetivo da Rede Estadual de Educação do Pará (SEDUC - a partir de 2007). Atuou como Coordenador de Implantação e professor da Faculdade de Educação Tecnológica (FACETE-PA) e como professor nos cursos de graduação da Universidade Vale do Acaraú (UVA/Belém). Atua como Professor do Programa Parfor na Universidade Federal do Pará (Ufpa) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia, no projeto: Entre Crônicas, Reportagens e Romances. Pesquisa na área de Memórias e Linguagens de Sujeitos Culturais durante a Ditadura Militar na Amazônia Paraense. Foi membro da Comissão Nacional da Verdade - Anpuh/PA, do GT Ditadura e Gênero. Foi historiador da Equipe Técnica da Comissão Estadual da Verdade – Pará, coordenando a Linha Temática Memória: Gênero e Ditadura. Publicou "Memórias & sentimentos do Golpe Civil-Militar Estudos Culturais e História Oral na Amazônia Paraense", publicado em 2015.

ABSTRACT

The coup and process civilian military (1964-1985) has incited considerable publications, debate cycle, forums, conferences and researches. This vast production in national setting received, in 2004, one regional publication of memories, I have privileged to map and to analyze feelings surfaced those orals narratives and about forty years from coup in amazon paraense soil, titled “ 1964. Subversive stories: the students and the coup in Pará” Thematic have caused me interest in know more about regional prodution and such as it was surprise to discover rares and horables productions in the harvest whose highlight falls about researches from Pere Petit political and economical approaches about this subject. Ownership this informations I have decided to investigate the memories from cultural subjects about the coup and military civilian dictatorship in Paraense Amazon under the auspices from cultural studies. Comprising oral history like method of the cath and interpretation from memories invested in undestanding of this advent as of stories of memories from eight narrators dissidents to the regime. In establishing identity aspects from narrators performative for understanding body and language like culture bearer. This way, aware importances traditionals method to understand history, I reached another understanding for the years from military civilian dictatorship in Paraense Amazon ruled in the scenarios from marginal memories the tradicional historiography.

Keywords: Coup and military civilian dictatorship; Paraense Amazon; Cultural Subjects; Cultural Studies; Memories.

Encapsulado pela temática do golpe civil-miliar de 1964, levantei o *estado da arte* na região norte. Pela efeméride dos quarenta anos, em 2004, com exceção da publicação de “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o Golpe no Pará”², não houve grandes investimentos. Tomei aquela publicação como seminal. Os textos eram resultado do ímpeto da ação de oito memorialistas, provocados pelo mote de narrar suas experiências “um pouco antes, um pouco depois” [do abril de 1964].

Dez anos depois, em 2014, o cenário de investidas nas pesquisas e eventos já era frutífero. Momento de zonas de silêncio quebrantadas. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, alguns setores na região amazônica mobilizaram-se. Assim, o Pará foi palco da criação de três comissões para ouvir testemunhas do período, são elas: a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará (SINJOR-PA), a Comissão da Verdade César Leite, da Universidade Federal do Pará e a

² NUNES, André et. al. 1964. **Relatos subversivos:** os estudantes e o golpe militar no Pará. Belém: Edição Dos Autores, 2004.

Comissão Estadual da Verdade. Esta última criada pela em setembro de 2014, pela Lei nº8.702/2014.

Antes da culminância dos 50 anos de golpe, pulularam eventos de História Oral gestados pela Universidade Federal do Pará, com mesas redondas, minicursos, conferências e rodas de conversas versando sobre o tema. No bojo daquele ano, na Feira Internacional do Livro de Belém, produzi uma Roda de Conversas com Memórias Femininas que vivenciaram o período ditatorial. O evento rendeu provocações para futuras pesquisas.

Sobre a literatura acadêmicas, ainda há necessidade de avanços, salvo honrosas exceções, que listarei aqui. “Chão de Promessas”, de Pere Petit (2003)³ é a principal análise sobre o pós 1985. A obra é memorável ao dar conta das decisões políticas e embustes geoestratégicos lançados pelos governos militares na região durante o regime ditatorial. O texto versa desde as principais atitudes governamentais modificantes de paisagens sociais e políticas, passando pela exploração gomífera na região (no século XIX) até o advento da Nova República (1985).

Tony Leão da Costa⁴ em dissertação de mestrado intitulada “Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)” é outro componente fundamental. Gestado pela Faculdade de História, da Universidade Federal do Pará, em 2008, o autor mapeou autoritarismos travestidos de decretos institucionais. Valendo-se de sujeitos pouco (ou quase nada) percebidos pelos tradicionais, Costa recorreu aos métodos e teorias da História Oral para capturar, analisar e produzir sobre a sabedoria popular do Pará.

No ano de 2011, Carlos Eduardo dos Santos⁵ e Santos produziu pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará a pesquisa denominada “Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-

³ PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

⁴ COSTA, Tony Leão da. **Música do Norte**: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960-1970). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

⁵ SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. **Do Ponto de Vista da Caserna**: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Belém. 2011.

1985)”⁶. Seu trabalho privilegiou como sujeitos de análise os próprios militares. Assim as arbitrariedades ganham outras perspectivas, diferentes, é claro, do que dizem as vozes oposicionistas ao poder instituído. O mérito daquela pesquisa reside no fato de recorrer aos atores contemporâneos ao regime.

Raquel Cunha⁷, em Trabalho de Conclusão de Curso, para delimitar os informantes para sua pesquisa, enveredou no tema de forma menos comprometida com os tradicionais. Trouxe para as luzes da cena um padre teatrólogo, por exemplo. Com roteiro de perguntas orientadas pela Antropologia Social, Cunha apontou para um entendimento da cidade de Belém à época do golpe. Destarte, intitulou seu artigo com o sugestivo título de “Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas”. Lançado em 2008, a autora também se dedicou acarear textos orais e discursos jornalísticos. Além de contribuir com cenário da escrita por evidenciar a participação feminina naqueles tempos: Violeta Loureiro, estudante à época do golpe, foi mostrada como ativista política e, acima de tudo, *mulher* de seu tempo.

Oliveira Fontes (2014)⁸, sob o título de “O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias”, também propõe contribuições necessárias para o entendimento do processo ditatorial no Pará. Lança mão dos recursos da História Oral ao analisar depoimentos de jovens estudantes à época do golpe (1964). No mesmo ano, sob o título “O dever da memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará”, problematizou os documentos produzidos pela reitoria para comunicar-se com os órgãos de repressão do

⁶ SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. **Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Belém. 2011.

⁷ CUNHA, Raquel & SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da: **Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas** (artigo em PDF, Monografia CC.SS-UFPA).

⁸ Oliveira Fontes, Edilza Joanna. **O dever da memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará**. *Acervo*, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, pp. 280-292, JAN./JUN. 2014 - p. 281. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473> - acessado em 21.11.2016.

_____. **O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias**. *Opsis*. Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360 - jan./jun. 2014. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/28641/17900> - acessado em 21.11.2016.

governo autoritário. Na ocasião, localizou fontes escritas ainda não consultadas pela escrita da História. Além destas pertinentes produções, a Doutora em História da Universidade Federal do Pará, é (co) responsável por outras tantas pesquisas em curso sobre a temática do Golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia.

Uma vez encharcado dessas leituras, e dialogando com a produção posta no mercado editorial que mensurava a temática em tela, percebi a necessidade de dar luzes a novos sujeitos no cotidiano conflituoso amazônico paraense à época de 1964-85. Para tanto, recorri aos recursos metodológicos dos Estudos Culturais e, por conseguinte, lancei mão de discursos postos em circulação pelos periódicos paraenses, além de memórias escritas e orais.

Primeiro, é extremamente necessário reconhecer a impossibilidade de analisar o cotidiano conflituoso da Amazônia Paraense sem antes selecionar pessoas representativas que denominei “sujeitos culturais” – adiante detalho esta categoria –, analisar as experiências narradas por estes e, como consequência, desnudar o seu cotidiano em relação ao regime à época do golpe civil-militar. Junto a isso, mapeei o conjunto de linguagens por eles construídas para lidar com os mecanismos de censura/opressão.

Segundo, feita a seleção dos *sujeitos culturais* a terem suas memórias analisadas, pude interpretar o imaginário por eles produzido nas interfaces e tensões com o imaginário hegemônico no contexto da ditadura na Amazônia Paraense.⁹ Ou seja, é preciso considerar a heterogeneidade dos sujeitos selecionados para então perceber as tensões se construindo por motivações diferenciadas para cada um deles. Implica afirmar o lugar social e situações vividas com sensibilidades diferenciadas. Desta forma, é *mister* captar as estratégias e diferentes mecanismos de silenciamentos, opressão, censura implementados pelo poder militar na região amazônica para situar no tempo-espaço os sujeitos pesquisados.

De posse da História Oral enquanto ferramenta metodológica, apreendi o conjunto de censuras, castrações políticas e detenções esporádicas, mas sistemáticas, como instrumentos do estado causadores da criação de outras perspectivas para as inúmeras paisagens da capital paraense. Alguns retratos da cidade remetem a um passado traumático para os sujeitos que experimentaram a repressão. *Pari passu*, o poder público – corroborado por setores da academia responsável pela

⁹ Sobre estudos do imaginário social no campo histórico, há uma significativa bibliografia. Entre eles é válido citar:

PLATAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: Le Goff, Jacques. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 2005. p. 391-427.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi**, Nº 5, Anthropos, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

produção/discussão do conhecimento – das décadas posteriores ao golpe civil-militar produziu significados muito mais turísticos e recreativos do que explicitaram o caráter histórico das edificações. Assim, a memória da capital até o momento não permite visualizar o período ditatorial que assolou a região – e o Brasil – por 21 anos.

Exemplo desse processo do patrimônio negligenciador da memória da ditadura está no espaço chamado de “Complexo Feliz Lusitânia”, na capital paraense. Especialmente o espaço hoje chamado “Casa das Onze Janelas” que abriga o “Boteco das Onze” e um espaço de Exposição Permanente de Arte Modernista Amazônica.¹⁰ Em 1964, essa construção servia à Quinta Companhia de Guardas, ligada ao CMA (Comando Militar da Amazônia). Era utilizado como calabouço para deixar incomunicáveis os estudantes e políticos “subversivos”. O espaço notabilizou-se na literatura amazônica na obra “Transtempo”, de Benedito Monteiro¹¹, comunista convicto, deputado cassado e preso. Naquela obra estão descritas as diversas torturas mentais, incluindo a possibilidade de suicídio.¹² Ou seja, junto aos mecanismos de opressão e censura do período ditatorial estão ainda para ser superados o esquecimento e a negligência historiográfica.

No corpo da argumentação dissertativa tangenciei os meandros desta relação, articulando ditadura civil-militar e memórias de subversivos. Feito isso, contribuo para o fortalecimento de estratégias de divulgação dessas *memórias de dor* para que o passado não se repita. Neste jaez, é cabe o pensamento de Beatriz Sarlo, quando debruçada sobre as memórias do holocausto, assinala: “Nunca se pode saber tudo, nem nunca podemos nos resignar a um saber parcial e ao mesmo tempo inevitável (como o de toda prática) e inimigo da memória” (1997, p. 42).

Seguindo ainda os ensinamentos da História Oral, apreendi memórias sobre a temática da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense. Neste momento, as encruzilhadas da pesquisa tornaram-se menos duvidosos uma vez que essa

¹⁰ A Quinta Companhia de Guardas funcionava onde hoje abriga a Casa das 11 Janelas e compõe o Complexo Turístico Feliz Lusitânia. A Casa foi construída no século 18 como residência de Domingos da Costa Bacelar, proprietário de engenho de açúcar. Em 1768, a casa foi adquirida pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real. O projeto de adaptação é do arquiteto bolonhês José Antônio Landi. O hospital funcionou até 1870 e depois a casa passou a ter várias funções militares. Em 2001, o Governo do Estado do Pará assinou com o Exército Brasileiro um convênio, alienando os terrenos da Casa das Onze Janelas e do Forte do Presépio em favor do Estado. A Casa, como todo espaço inserido no processo histórico, serviu a diversas finalidade e funções no decorrer dos tempos. Assim, ao refletir as atitudes do Poder Público sobre tal Patrimônio há clareza da multiplicidade das dimensões que o mesmo assume na paisagem urbana e nas relações sociopolíticas nas quais se insere. Apesar disto, penso como dever do Estado criar mecanismos de informação para que a sociedade fique à par das historicidades e significados da paisagem e patrimônios que lhe pertencem. Inspirado em: <http://migre.me/6ab8U>, acessado em 10.09.11 – às 15h22.

¹¹ MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.

¹² Na obra, o autor argumenta sobre dúvidas, perguntas e incertezas gestadas a partir de um completo desconhecimento do que acontecia durante o tempo de incomunicabilidade na prisão. Dedicou inclusive um capítulo sobre esta temática. Ali, lança luzes sobre a tortura “física” e “mental”.

Ver MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993. pp. 64-70

metodologia não é apenas uma técnica de entrevistas preocupada com informações produzidas pelos depoentes, mas o campo de significações de silêncios e/ou esquecimentos.

Os teóricos deste campo teórico metodológico, cujos ensinamentos instigaram o bom senso do *saber ouvir*, são Alessandro Portelli (1993; 1996; 1997a; 1997b; 2010)¹³, Paul Thompson (2002)¹⁴, e Khoury (2010)¹⁵. Por instigação desses intelectuais, produzi um questionário. Obviamente, acabou não sendo executado à risca. Entretanto, a partir da fala dos entrevistados surgiam novas perspectivas para as memórias. Em vários momentos limitei-me a sorrir, franzir a testa para indagar, balançar a cabeça para aquiescer... Sempre sugerindo para o entrevistado não deter a narrativa e poder sentir-se preso a uma camisa de forças de um roteiro pré-estabelecido.

Quando ocorreu uma segunda entrevista, o depoente foi rememorado sobre os pontos considerados necessários para ter continuidade. Alguns aspectos que me interessavam maior aprofundamento eram colocados no início da entrevista. Com isso, me mantive coerente ao ritmo do primeiro diálogo. Pretendi com isso não quebrar o ritmo das narrativas. Com boa dose de sensibilidade aflorada no calor da pesquisa, acredito que a adoção desta postura foi eficiente e trouxe novas possibilidades para o recurso da História Oral.

¹³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História 15**, São Paulo: EDUC, Abril/1997.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. In: **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, fevereiro/1997 a. p. 7-24.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, Fevereiro/1997b. p. 25-40.

_____. História Oral como gênero. In: **Projeto História 22**. PUC/São Paulo, EDUC, junho/2001, p. 09-36.

_____. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

¹⁴ THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. In: **História Oral**, PUC/São Paulo, junho/2002, p. 09-28.

THOMPSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: **Projeto História 15**, PUC/São Paulo, Nov/1997, p. 51-71.

_____. **Memórias dos Anzac**: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. In: História Oral, PUC/São Paulo, junho/2001, p. 85-101.

¹⁵ KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.

Para desenhar reflexões e provocar os trechos pinçados das entrevistas, jornais, autores, a opção recaiu sobre a teoria interpretativa dos Estudos Culturais, em especial autores como Stuart Hall (2003, 2006)¹⁶, Dennys Cuhe (2002)¹⁷, Edouard Glissant (2005)¹⁸, Homi Bhabha (2007)¹⁹, além das pesquisas produzidas por Pacheco (2009; 2009b; 2011)²⁰ sobre a Amazônia Marajoara em conexões com esta teoria interpretativa. Somando-se a estes, Michael de Certeau (1997)²¹, contribuiu decisivamente na construção de significados das práticas dos sujeitos pesquisados.

Ainda por sugestão dos Estudos Culturais, a pesquisa caminhou, ora abstendo-se, ora aproximando-se dos tradicionais escritos de História Política do Pará. Tal opção visou narrar experiências de novos agentes históricos como forma de obter perspectivas inéditas acerca do cotidiano amazônico à época do golpe civil-militar.

O uso da História Oral compõe esta argumentação não só por questões metodológicas, mas por fazer emergir memórias trancafiadas em “zonas de silêncio”²². Logo, a escolha da História Oral é uma opção política para justiça historiográfica ao propor sujeitos outrora sequer mencionados pela academia. Há, contudo, uma

¹⁶ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁷ CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

¹⁸ GLISSANT, Édouard. **Cultura e Identidade**. In: **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 71-95.

¹⁹ BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007

²⁰ PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” Melgaço-PA**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

_____. **En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara**. Tese de Doutorado em História Social, PUC/SP, 2009.

²¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

²² PACHECO, Agenor Sarraf. **Memórias em Zonas de Silêncio**. Disponível em <http://migre.me/68gmN> - Acesso em 19/11/2010. O autor trabalhou com a audição de relatos de mulheres marcadas em suas infâncias por abusos sexuais que, por vergonha, autopreservação, luta por sustento, não denunciaram seus algozes. Por essa razão, as memórias dessas experiências dolorosas não eram compartilhadas. A impossibilidade de retransmissão desses saberes a outras gerações ou a outros grupos sociais dá-se pelo simples fato de que existem mecanismos de silenciamento e coerção por parte de grupos hegemônicos. Então, tais memórias são produtos de relações de poder entre sujeitos que mediram força em algum tempo e lugar. Não estão, necessariamente, no esquecimento. Esperam o momento oportuno para emergir, fazer-se ouvir e revelar-se ao palco de ações protagonistas de histórias interditas, mas vividas. Como? Simplesmente permitindo-se narrar o que viveram.

necessária observação acerca da relação entre sujeitos e zonas de silêncio. Os personagens contemplados nesta argumentação não se submeteram à penumbra da escrita histórica por decisão própria. Se a produção acadêmica não os vinculou à construção de astúcias de resistências durante o processo ditatorial, isso se deve tão somente ao tradicionalismo historiográfico de não perceber *novos* sujeitos nas tramas históricas. No caso dos atores pesquisados são evidentes as estacas fincadas pelos próprios para delimitar seus raios de ação. Produziram seguidamente ao longo dos anos ditatoriais por meio de peças teatrais, músicas, poemas, artigos, cartas, panfletos, reuniões, artigos e ações de repúdio aos autoritarismos. As táticas de sublevação os marcavam ainda mais como subversivos e, portanto, construíram suas identidades sem que isso fosse necessariamente algo a ser escondido. Afinal, como cheguei até eles se não fosse pelos estardalhaços produzidos naqueles tempos?

Ainda na esteira metodológica, a escrita foi conivente aos propósitos interdisciplinares do Programa de Comunicação, Linguagens e Cultura. Opções analíticas foram construídas sempre permitindo a circulação de conceitos e discussões cujos focos estavam no compasso da esteira dos Estudos Culturais. Alargar os horizontes desta urdidura sem posturas monolíticas foi a tônica do trabalho de pesquisa e escrita. Desta forma, explicito que as categorias construídas a partir desta postura estão no corpo das reflexões sempre de modo relacional, no confronto da pesquisa.

A categoria *identidade*, por exemplo, recebeu o debate a partir de Hall (2003, 2006) e Cucho (2002). Isso porque ambos discutem variadas possibilidades de compreensão do *fazer-se*, além de mapear trajetórias de homens e mulheres na contemporaneidade; e ao longo da pesquisa constatei que sujeitos contíguos ao golpe civil-militar fizeram questão de forjar elementos constitutivos de suas identidades, ao mesmo tempo, sujeitos externos atribuíram elementos outros para representar essas identidades. Isso ocorre porque esses agentes históricos operam suas identidades sociais de acordo com suas atuações artísticas ou profissionais, mas sem olvidar outros papéis atravessados pela ação em círculos familiares, religiosos, profissionais. Além das relações de compadrios, ou com desconhecidos, em espaços múltiplos.

Diante deste quadro, para Hall e Cucho o conceito de *identidade* é controverso, antagônico, movediço, efêmero, flexível, móvel. Polifonias assimétricas e sinuosas para dar conta do multifacetado universo de significações forjadoras do *estar no mundo dos sujeitos culturais* desta pesquisa. Cucho (2002), ao abordar as relações e diferenças entre *identidade* e *cultura*, diz que:

Não se pode pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura

depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (Cucho, 2002, p. 176).

Assim, para Cucho (2002) as categorias existem separadamente, mas estão vinculadas. Isso me instigou a pensar cultura e identidade amazônicas como fenômenos em constante dinamismo. As identidades amazônicas, em especial a dos *sujeitos culturais* aqui pesquisados, estão carregadas de “oposições simbólicas” que, por sua vez, causam “processos inconscientes” junto à cultura da região. Assim como há oposição, a categoria também produz laços de pertencimento. Ao instigar esta reflexão, o texto de Cucho se fez também imprescindível para colaborar e corroborar aspectos da discussão aqui travada.

Ao entrevistar o teatrólogo Cláudio de Souza Barradas (hoje pároco da Igreja das Mercês, em Belém, Pará), por exemplo, constatei a materialização da preconização de Cucho. As atividades de teatrólogo e padre, pela dicotomia em si destes papéis, evocam identidades movediças. Forçando-o a acionar papéis, nem sempre automaticamente. Ao responder a um repórter da RBA (Rede Brasil Amazônica de Televisão) sobre ser rotulado de “contraditório”, se posiciona da seguinte maneira:

(...) O cabra veio me entrevistar e me pergunta: “Camisinha?” Aí eu falo assim: “Queres a resposta do padre ou do ser humano? Se for do ser humano eu digo: Usa. Se for do padre eu digo: Não”. Porque o padre é só soldado raso, soldado não pensa, só obedece. Aí o cara disse: “Tu és contraditório”. Eu disse: “É. Sou. Mas contraditória é a vida” (Cláudio Barradas, entrevista em 13 e 23 de maio de 2011).

A fala de Barradas retoma Hall (2006) a respeito das contradições envolvendo a categoria identidade, em especial o “jogo das identidades”. Significa dizer que Barradas, ao sugerir o uso de preservativos no momento da relação sexual, assume papel de cidadão consciente e preocupado com os riscos em contrair doenças ou evitar gravidez, caso não haja prevenção e cuidados com o corpo. E, ao migrar sua postura para o papel de Padre da Igreja Católica Apostólica Romana, tem ciência que esta instituição não autoriza práticas sexuais fora do matrimônio, cuja finalidade não seja a reprodução; sendo assim, não cabe a preocupação com prevenção de gravidez ou doenças, portanto o uso de preservativo é cabalmente proibido. Neste sentido, o “jogo das identidades” descrito pelas reflexões de Hall (2006) é encenado conscientemente por Barradas. O perfeito controle e aquiescência das suas identidades permitem imersões e emersões sempre que lhe é conveniente. Um sujeito em trânsitos identitários. A movimentação das identidades do padre-cidadão frente às vivências cotidianas é negociável e sempre relacional.

Para Hall (2003), a identidade está pontilhada por uma íntima relação com a cultura popular. Como discuto e percebo os *sujeitos culturais* em permanente contato

com a construção da “cultura popular” na Amazônia Paraense, notei dificuldades para iniciar essa discussão. Hall também já advertia sobre tal dificuldade ao afirmar: “tenho quase tanta dificuldade com “popular” quanto tenho com “cultura”. Quando colocamos os dois termos juntos, as dificuldades podem se tornar tremendas” (Hall, 2003, p. 231).

Ao assumir o poder em 1964, os militares provocaram no Pará – como em todo o Brasil – um palco de intervenções na cultura popular para controlar o imaginário da população. Essa atitude de controlar corações e mentes por parte de governos despóticos, aliás, é facilmente constatada em outros momentos da história recente do Brasil.²³ No caso paraense, censores passaram a compor um cotidiano de fiscalização e controle de teatrólogos, músicos, poetas. Esses censores, sob o argumento da ordem, moral e bons costumes não permitiam a publicação ou veiculação de ideias subversivas ao regime. Hall, mesmo analisando relações entre cultura e poder na Europa, contribui para reflexões em terras amazônicas.

De um jeito ou de outro, o “povo” é frequentemente o objeto da “reforma”: geralmente para seu próprio bem, é lógico – “e na melhor das intenções”. Atualmente, compreendemos a luta e a resistência bem melhor do que a reforma e a transformação (Hall, 2003, p. 232).

O recorte acima permite inferir que o papel dos censores, respondendo a um projeto de poder dos governos militares, tinha a nítida intenção de “um longo processo de ‘moralização’ das classes trabalhadoras, de ‘desmoralização’ dos pobres e de ‘reeducação’ do povo” (Idem, p. 232). Ora, sob o discurso de “reeducação do povo” estavam os interesses governamentais, aristocráticos e de todos os segmentos sócio-político-econômicos interessados em silenciar sujeitos que operassem fora de tais agendas.

Isso, claro, jamais implicou numa passividade por parte de tais dissidentes, ou subversivos, como se costumava rotular, diante de tal projeto de poder. Afinal de contas, para Hall (Ibidem) a cultura “é o terreno sobre qual as transformações são operadas” (Ibidem, p. 232). O teatrólogo Cláudio Barradas, ao narrar um exemplo da forma como lidava com a censura, com risos e tom de sarcasmo, ainda narrou:

Aí, depois nós viemos, uma peça política, um texto muito bom: “A ameaça”. Passa-se no final na Cabanagem. Um sargento muito doido que anda pelo interior caçando cabano. Aí chega a uma barraca onde só tem uma velha e a filha dela. Ele insiste que elas esconderam cabano. Massacram a velha, massacram a menina. No final eles

²³ Ver a fundação e objetivos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, no governo golpista de Getúlio Vargas. A Fundação Getúlio Vargas, em seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, traz importantes dados acerca das metodologias utilizadas pelo governos varguista para atingir seus objetivos populistas juntos às massas. Disponível em <http://migre.me/90WZG> - acessado em 12 de abril de 2012, às 15h22min.

matam a moça. Aí fica só a velha, a moça... Eu faço a velha ficar cantando “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. Um espetáculo lindo. Tá, tá, tá... (Claudio Barradas, entrevista em maio de 2011).

O padre teatrólogo narra o episódio com enorme satisfação, euforia e, principalmente, sarcasmo para denunciar sua sagacidade, de um lado; e falta de percepção das ironias tramadas, da parte dos censores que o acompanhavam. Ao narrar especificamente este fato, Barradas dá ênfase à *liberdade* sendo mostrada como resultado do embate cultural e político entre o público massacrado e os *sargentos muito doidos que massacravam jovens meninas*. É uma metáfora, sem dúvidas, para denunciar a situação vivida naquele momento no Brasil. Sobre esta questão levantada pelo padre teatrólogo, Hall (2003) já advertia sobre esse palco de conflitos e sobre o fato de que classes sociais e poder dominante estão imbricados pela relação mútua nas lutas culturais. Fenômeno das lutas, aliás, que em momento algum deixou de movimentar-se no período pesquisado.

Não existe um estrato “autêntico”, autônomo e isolado de cultura da classe trabalhadora. A maioria das formas de recreação popular mais imediatas, por exemplo, estão saturadas de imperialismo popular. Poderíamos esperar outra coisa? (Hall, 2003, p. 234).

Ao articular Hall com a narrativa de Barradas, observo como o Pará foi palco de sujeitos que lançaram mão do teatro para lidar com os mecanismos da censura. Os duplos sentidos, os jogos com as palavras nas atividades cênicas, as ironias, são apenas um exemplo de táticas de resistência. Somou ainda palavras de baixo calão para escamotear algumas intenções políticas: denunciar o regime ao público. Quando o censor ouvia tais palavras se concentrava nelas e deixava passar as demais, relatou. Atitude proposital para ser censurado em alguns trechos e, obviamente, “liberado” naquilo que justamente interessava aos interesses políticos de Barradas.

Diante das *táticas de resistência* tão comuns em todos os *sujeitos culturais* desta pesquisa, Certeau (1994) foi imprescindível para dar conta dessa análise. Por meio de bilhetes, anotações em pés de páginas, palavrões em cenas teatrais, duplos sentidos em versos e trovas, os dissidentes ao regime ditatorial conseguiram imprimir críticas à postura ditatorial. Estes sujeitos, de certa forma sentindo-se agredidos pelo estado de censura e violência, resistiam e criaram táticas algumas vezes sutis, outras vezes atabalhoadas, conscientes ou inconscientes. Surtindo efeitos – ou não – junto a outros grupos, os *sujeitos culturais* conseguiram criar brechas dentro do regime de exceção. O fato é que diversas táticas foram urdidas e postas em prática.

Outras duas categorias de análise estão presentes neste texto para discutir as memórias em tempos de censura. Ambas foram cunhadas no decorrer das leituras e investigação de campo. Obviamente, ao final da argumentação poderão ser

questionadas, pois foram gestadas sob o calor da empiria da pesquisa, mas certamente apresentam contribuição para o debate sobre a ditadura em solo amazônico. São elas, *sujeitos culturais e memórias de dor*.

Sujeitos culturais é a categoria utilizada para denominar agentes contemporâneos ao golpe civil-militar que de alguma forma criaram *táticas de resistência* ao regime. Inicialmente, esse termo não estava prescrito no projeto de pesquisa ou nas sugestões da orientação. Esses sujeitos, inicialmente, eram denominados como *intelectuais* que interferiram no processo político e cultural da ditadura, cumprindo o papel de dissidentes ao regime. No entanto, a cada momento em que as entrevistas iniciavam e a expressão era mencionada rapidamente era rechaçada pelos entrevistados.

Assim ocorreu com os entrevistados João de Jesus Paes Loureiro, André Costa Nunes, Pedro Galvão de Lima e Cláudio Barradas. Entendi essa recusa como um problema a tornar-se perigoso para o êxito do trabalho. Seria difícil sustentar uma categoria de análise em que os próprios entrevistados sinceramente não se reconheciam nela ou, por modéstia, alegavam não se reconhecer.

Assim, optei para esta techedura denominar *sujeitos culturais* todos aqueles que, de alguma forma, utilizaram o teatro, a poesia, a trova, a música, a literatura, o discurso político, ou quaisquer outras linguagens possíveis de estarem a serviço da sociedade, numa atitude fundada não na subserviência, mas na doação e postura de igualdade entre os cidadãos. E por agirem às margens do poder ditatorial urdindo táticas diversas para burlar a ditadura, foram tachados de subversivos, perigosos, comunistas, perigosos, vermelhos.²⁴ Obviamente, com o passar das últimas cinco décadas, sofreram transformações em suas identidades. Naquela altura, eram estudantes recém-formados ou formandos, cuja perspectiva de futuro estava atravessada pelas ações ditatoriais do novo regime. Cada um ruminou o passado conforme o repertório particular e hoje são atores sociais bem diferentes daquilo que foram um dia.

Ao retomar o diálogo com os sujeitos da pesquisa houve ainda a rechaça à categoria analítica denominada *intelectual*. Todos foram enfáticos em afirmar-se como “profissionais” nas áreas em que atuam no mercado de trabalho. A postura diante do termo *sujeitos culturais* foi de maior aceitabilidade quando eu comentava a maior abrangência desta nomenclatura. Assim, optei pelo uso desta expressão por ter sido testada e aprovada na fase das entrevistas.

²⁴ Preocupados com os sentidos que o esquecimento sobre os difíceis tempos de ditadura militar na Amazônia Paraense poderiam produzir na atualidade, alguns *sujeitos culturais*, registraram em livros de memórias publicados, percepções das experiências do passado pelos óculos do presente. Entre essas publicações, destacam-se LOUREIRO (2011); NETTO (2003); OLIVEIRA (2010); SERÁFICO (2007, 2010).

As *memórias de dor* é outra categoria cunhada a partir do calor das entrevistas. Todos os entrevistados, sem exceção, mesmo com sorrisos ou queixos erguidos pelo orgulho como lidaram com os tempos de autoritarismos, em vários momentos elevaram o tom da voz, cruzaram os braços, franziram as testas, enrubesceram os rostos. Performances que denunciavam de alguma maneira as memórias dolorosas por terem vivenciado momentos de medo, tensão, raiva. Por enquanto, alguns exemplos: em 1964, durante os primeiros dias do golpe civil-militar, Paes Loureiro foi preso, torturado física e psicologicamente, transferido para prisão no Rio de Janeiro sob risco de ser “suicidado” pelo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), que, como diz o nome, teoricamente teria única função de estabelecer e manter a ordem, no entanto agia como instrumento de coerção e violência do Estado contra os opositores do regime.

Na narrativa de Loureiro, há um exposto de ressentimento para com o regime e toda a repercussão que isso causou à sua trajetória como poeta. O mesmo ocorre com as narrativas do então teatrólogo Cláudio Barradas e de Pedro Galvão, formado no curso de Direito no mesmo ano de 1964. Ambos trazem inscritas em suas trajetórias de vida as marcas nada indeléveis das perseguições da ditadura em terras amazônicas. O primeiro foi várias vezes censurado em suas peças, chegando a sofrer perseguição no ambiente de trabalho passando dias sem que colega algum lhe dirigisse a palavra. O segundo foi preso sem nenhuma alegação. Simplesmente detido. Aflito pela falta de acusação formal foi libertado pelo fato de pertencer à reserva do Exército, segundo acredita e narrou. Em 2004, passados 40 anos de sua prisão, Pedro Galvão foi responsável direto pela seleção de depoentes e organização de textos para um livro intitulado “1964: Relatos Subversivos – os estudantes e o golpe civil-militar no Pará”. A ideia e materialização do livro em si já demonstram um passado ainda presente na vida deste sujeito, provavelmente com marcas de um *ressentimento recalcado*, como já dizia Nietzsche (ANSART, 2004).

OS FILHOS ERRANTES DO PARÁ

Vai passar nessa avenida um samba popular / Cada paralelepípedo da velha cidade essa noite vai se arrepiar / Ao lembrar que aqui passaram sambas imortais / Que aqui sangraram pelos nossos pés / Que aqui sambaram nossos ancestrais / Num tempo página infeliz da nossa história, / passagem desbotada na memória / Das nossas novas gerações / Dormia a nossa pátria mãe tão distraída / sem perceber que era subtraída / Em tenebrosas transações / Seus filhos erravam cegos pelo continente, / levavam pedras feito penitentes / Erguendo estranhas catedrais (“Vai Passar”, de Chico Buarque e Francis Hime, 1984)

Os letristas Chico Buarque e Francis Hime bem tangenciaram o “tempo infeliz de nossa história” ao mencionar a pátria subtraída de filhos por vagar cegos e errantes

pelo continente. Poeticamente, mas presos a um passado recente de censuras, exílios, autoexílios, prisões, torturas, mortes, Buarque e Hime têm vincadas as recordações da ditadura civil-militar em suas trajetórias.

Na mesma esteira dos poetas, a expressão “longa noite” carrega a responsabilidade de dar conta das penumbras e sofrimentos das memórias do período ditatorial que assolaram o país desde 1964 até março de 1985. Neste momento da história brasileira, inúmeros dissidentes políticos “desapareceram” da cena política e deixaram de ser incômodos para os militares e civis apaniguados pelo regime. Segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, há 376 mortos e “desaparecidos” no Brasil, desde 1964, sendo que cabe às famílias o ônus da prova para que o Estado se sinta obrigado a investigar e punir os responsáveis por tais mortes e desaparecimentos.²⁵ A legislação no Brasil ainda não avançou nesta seara por puro descompromisso dos legisladores, mesmo com a existência de organizações não governamentais interessadas em fazer justiça ou, pelo menos, encontrar culpados.

Os depoentes, ao longo das décadas de ditadura civil-militar sabiam muito pouco a respeito dos excessos e autoritarismos de seu próprio tempo. Mesmo assim, os rumores e experiências vividas na Amazônia Paraense eram suficientes para semear medos e angústias quando se percebiam em situações de embate diante do poder instituído. Ao mesmo tempo, não permaneceram inertes ao sabor dos acontecimentos. Estiveram presentes em epicentros de atividades cujos cunhos direta, ou indiretamente, tensionaram as relações de forças com o poder instituído pelos civis e militares adeptos ao golpe e à ditadura.

Diante disto, neste momento da argumentação trouxe à tona atores sociais que, na condição de contemporâneos aos tempos de ditadura civil-militar na Amazônia Paraense imprimiram atitudes, táticas, ardilezas em confronto com o poder político.

O critério para pertencer ao rol de sujeitos culturais foi a produção de artimanhas de resistências não só naqueles fatídicos dias de abril de 1964, mas o conjunto de feitos ao longo dos vinte e um anos de ditadura civil-militar, bem como os vinte e nove anos posteriores ao final deste período. Ou seja, são agentes históricos, cujas produções artísticas e intelectuais foram vincadas para sempre pelas experiências vividas, durante os primeiros momentos do golpe e regime civil-militar.

Apesar destes contratemplos, a pesquisa me oportunizou tomar conhecimento de personagens dos tempos de ditadura civil-militar, todos ansiosos por emergir para a historicidade. Então, somando aos autores de “1964. Relatos subversivos”, alenquei Dulce Rosa de Bacelar Rocque, Cláudio Barradas e Alfredo Oliveira como intérpretes do período.

²⁵ Dentre os vários organismos não governamentais responsáveis por divulgar e denunciar listas de desaparecidos políticos, destaca-se o Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. O mesmo disponibiliza nomes em ordem alfabética, data dos desaparecimentos e acompanha os processos de investigação junto ao Ministério Público Federal. Disponível em <http://migre.me/905L3> - acessado em 10 de março de 2012, às 21h.

Pedro Galvão, apesar da agenda sempre ocupada pelo ofício de publicitário foi, como os demais entrevistados, bastante receptivo e simpático com a causa desta argumentação. Recebeu-me em sua agência “Galvão Publicidade” com muita cortesia. Descobri que segue “cometendo poemas”²⁶. Alguns engajados e bem escritos, outros, talvez segundo modéstia, “sem grande senso estético”. De todo modo, sua presença nesta argumentação é necessária pela importância construída desde os tempos em que foi Presidente da União Acadêmica Paraense (1964), militante da Ação Popular e, conseqüentemente, cumpria o perfil de “comunista frio e calculista”, como foi acusado em interrogatório na Quinta Companhia das Guardas, em abril de 1964.

Ruy Antonio Barata, médico residente na cidade de São Paulo, mesmo sendo um dos memorialistas de “1964. Relatos subversivos”, não constava inicialmente na lista pelo fato de morar em São Paulo, região distante da Amazônia Paraense. Seu depoimento insere-se nesta argumentação por uma feliz coincidência. Visitou sua mãe, Senhora Norma Barata, em Belém, no mês de agosto de 2011. Como dias antes eu havia localizado seu contato, tratei de informá-lo sobre a existência da pesquisa sobre os tempos de exceção. Respondeu-me amistosamente e com entusiasmo da possibilidade em ajudar-me na empreitada. Pela identidade calçada da influência do pai (Ruy Paranatinga Barata) e avô (Alarico Barata), este sujeito imprimiu sua participação ao movimento estudantil naqueles anos ditatoriais e, conseqüentemente, galgou degraus na maturidade política e engajamento maior no processo de resistências. Concedeu-me duas horas de relatos divididas em duas ensolaradas tardes na sala da residência de sua mãe, no bairro do Umarizal, em Belém (PA).

Quanto a João de Jesus Paes Loureiro, sua presença se justifica por ter sido o primeiro a sentir os tentáculos da repressão antes mesmo do dia 1º de abril, de 1964. Seu livro de poema “Tarefa”, a ser lançado nos dias posteriores, teve a edição apreendida no dia 30 de março de 1964. Sua primeira obra de porte não teve a chance de nascer porque foi cruelmente abortada. As marcas desta violência estão sangrando ainda hoje. Este talvez seja o fato que o diferencie dos demais narradores. Foi o mais eloquente em demonstrar suas *memórias de dor* ao trazer à baila o local da prisão em abril de 1964. Junto com as palavras ditas, Paes Loureiro foi o que mais se manifestou com a linguagem corporal. Franziava sua testa, balançava as pernas, cruzava e descruzava os braços. A inquietação foi a tônica da performance, deixando entrever rancores e ressentimentos ao tangenciar cenas ainda fortes em suas lembranças, tal qual o momento em que o instiguei a pensar na Quinta Companhia das Guardas como o espaço de recreação e lazer que ocupa hoje em dia ao compor o Complexo Turístico Feliz Lusitânia. Em depoimentos a emissoras de TV, mencionou seu mal estar por não

²⁶ Pelo contato que tive com o pensamento de Pedro Galvão de Lima, deparei que usou várias vezes esta expressão para externar a ideia de poemas não como apenas joguetes de palavras, em arrumações de métricas e rimas. Mas como fatos com fortes implicações no espírito de quem os escreve e lê. Portanto, “cometer poemas” é influir diretamente nas atitudes e posturas de vida.

haver ali menção ao fato de aquele espaço ter sido utilizado como masmorra para aprisionar estudantes à época do regime.

Meses após as entrevistas percebi dois elementos para compreender aquela postura. Primeiro, sua inexperiência política no momento do Golpe Civil-Militar. Com isso, as prisões foram bem mais duras do que, por exemplo, foram para os mais politizados José Seráfico de Carvalho e Ruy Antonio Barata (ambos do PCB). Segundo, atualmente tem como projeto político ser percebido na cena acadêmica como um militante que, apesar de tudo, é sobrevivente daquela conjuntura.

Hoje, na condição de professor universitário e ex-secretário de Educação e Cultura do Estado do Pará, lançou em 2011, um romance – seu primeiro trabalho que não tem a poesia como epicentro criador – intitulado “Café Central. O tempo submerso nos espelhos”. Neste livro traz suas recordações sobre seu cotidiano e rota de fuga quando se deparou com a sensação de “medo de morrer” nas garras da ditadura.

O médico comunista Alfredo Oliveira, assim como Paes Loureiro, é de longe um dos mais preocupados em não deixar adormecer as trajetórias de sujeitos resistentes aos autoritarismos e histórias de lutas no estado do Pará. Foi elencado e entrevistado graças ao auxílio luxuoso de André Avelino da Costa Nunes Netto. Não fosse a ajuda de Nunes Netto ao ceder seu número de telefone fixo (não possui aparelho celular por ser avesso a algumas facilidades da modernidade), este valioso memorialista não figuraria nesta investigação. A importância de Alfredo Oliveira recai justamente pela imensa capacidade de iniciativa em compor e registrar as memórias de sua vida e demais camaradas.

No livro de memórias “Cabanos & Camaradas”²⁷, lançado em 2010, Oliveira faz uma cartografia das ações de todos os *camaradas* do Partido Comunista Brasileiro em terras amazônicas, suas trajetórias de vida pessoal, número de filhos, nomes das esposas, importâncias para as táticas de resistência frente à repressão, etc.. O depoimento foi gravado em sua bela casa, na Avenida José Bonifácio, no bairro de São Braz, em Belém, no mês de setembro. Na ocasião, recebi valiosos informes sobre datas, nomes, fatos e análises particulares na perspectiva de um autodenominado *ex-comunista* ciente dos avanços e recuos do PCB na Amazônia Paraense. Sua importância como informante factual é incomensurável para esta escrita.

André Avelino da Costa Nunes Netto, o depoente que “não foi preso, não apanhou e não mudou de ideia”, como ele próprio alardeia, tem sua narrativa em “Relatos subversivos” como a mais distante de arremedos intelectuais. Nosso encontro para tratar desta argumentação aconteceu nos arredores de Marituba, na região metropolitana de Belém. Ao entrevistá-lo, compreendi o quanto é um sujeito movediço, vivo, repleto de *hífens* que o colocam e tiram de identidades construídas em seu fazer histórico. Em duas tardes entrecortadas por chuva forte e sol a pino, seus

²⁷ OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. **Cabanos & Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira. 2010.

depoimentos foram descolados de cronômetros. O tempo empenhado naquela atividade de ceder relatos pareceu ser mais prazeroso a Nunes Netto do que aos demais depoentes.

Num jogo de recordações e eventuais esquecimentos, discorreu sobre seu pai, sua vida nos seringais de Altamira (PA), sobre a juventude tranquila e como *passava o tempo* pelas matas e igarapés de sua infância. *Saindo* dos seringais e Altamira, mostrou como era visto na condição de estudante interiorano na capital. Com esta narrativa, deu-me pistas para mostrar-se nos trânsitos identitários. Até que, subitamente, retomou à temática da ditadura militar. Foi então que compreendi sua astúcia na narrativa: desejava mostrar-se como sujeito múltiplo, com atuações em palcos e públicos diversos, mas sempre amalgamado pela dor de “não ter sido” o típico subversivo perigoso e perseguido pelos tentáculos da repressão.

José Seráfico de Carvalho é, sem sombra de dúvidas, o primeiro sujeito a ter sofrido violência física por parte do golpe civil-militar na Amazônia Paraense. Estava presente na reunião da UAP, no dia 1º de abril de 1964, que discutia os rumos do movimento acadêmico quanto às decisões seguintes relacionadas ao golpe em curso. Ao ter a sede estudantil invadida pela Polícia Militar, José Seráfico foi esbofetado pelo coronel José de Oliveira, ou “Peixe-Agulha”. A cena de violência explícita foi recordada em inúmeras passagens do livro “1964. Relatos subversivos” tornando aquele momento emblemático para o Golpe Civil-Militar.

Foi um dos estudantes a ser preso na Quinta Companhia de Guardas. Sofreu violência psicológica, ameaças e, por isso, foi citado no rol de subversivos e ameaças à segurança nacional. Com esta pecha negativa, os amigos se distanciaram, as oportunidades de trabalho minguraram e Belém se tornou um espaço hostil para sua estada. Diante disto, foi aconselhado pela amedrontada família a fugir para o estado do Amazonas. Assim o fez. Uma vez em Manaus, foi fisgado pela mais doce das prisões. Casou-se, teve filhos, fincou raízes. Chegou a ser professor universitário na Universidade Federal do Amazonas e, posteriormente, reitor. Hoje, uma das salas daquela instituição recebe seu nome como forma de render-lhe homenagem pelos préstimos à Educação daquele Estado.

Entretanto, mesmo tendo fincado estacas em Manaus (AM), sua família ainda vivia na cidade de Belém (PA). Tornou-se um homem em trânsitos constantes pelos rios Negro e Amazonas até chegar à capital paraense. As viagens eram sempre mediadas pelo medo da ditadura e pelo amor à família. As voltas à cidade natal eram repletas de saudades, mas a dor se fazia presente pelas experiências evocadas à memória em cada passeio por ruas, esquinas, praças da capital paraense. Assim, sua presença nesta argumentação se justifica pelas memórias vinculadas ao Golpe Civil-Militar.

Claudio Barradas, desde os anos 1950 exercia as funções de autor, diretor e ator teatral. Somente nos anos 90 ordenou-se padre. Portanto, o trato como *padre teatrólogo Cláudio Barradas* na ânsia de dar conta de suas identidades mais latentes.

Realizei duas entrevistas com o mesmo. Ambas no mês de maio de 2011. Após muito custo para vencer a barreira de suas desconfianças com entrevistadores, consegui sua anuência. Destilou bom humor e picardia ao narrar sobre os tempos de enfrentamentos sutis com os censores. Em uma conversa agradável, não houve preocupações quanto ao tempo.

Pela identidade de teatrólogo, ator e diretor, desde os anos de 1950 até os dias atuais, foram-lhe possíveis mediações com regime militar a partir das agruras da censura, dos pequenismos dos censores, das inúmeras e infundadas incursões burocráticas contra a arte cênica. Mesmo não se alinhando com o pensamento de esquerda que grassava nos meios universitários nos idos dos anos 1960, foi muitas vezes taxado de “subversivo mental” por conta da seleção criteriosa dos textos críticos abordados nos palcos.

Em 2002 foi ordenado padre. Sua identidade de teatrólogo, contudo, permaneceu alinhavada com este novo papel assumido por Barradas. Manteve o status de conceituado diretor e ator, a ponto de receber uma homenagem rara para sujeitos ainda vivos: o Teatro Universitário da Universidade Federal do Pará, em 19 de junho de 2009, recebeu o nome de “Claudio Barradas”. Acomoda ainda a Escola de Dança formando assim um denso complexo dedicado às artes cênicas na região. Está localizado no bairro do Umarizal, em Belém, em espaço privilegiado da cidade. Por tudo isto e pelo discurso autorizado da Universidade Federal do Pará, é possível inferir sobre a importância deste sujeito para o teatro amazônico desde o início da década de 1960, atravessando a ditadura civil-militar até os dias de hoje.

Dulce Rosa de Bacelar Rocque foi a última narradora a compor a argumentação. Sua presença tem dois vetores a serem considerados. Primeiro, o fato de *ser mulher* é bastante plausível uma vez que nas escritas acadêmicas sobre os tempos de exceção (1964-85), em especial a produção de Pere Petit (2003) e Tony Leão (2008), a narrativa feminina não é privilegiada como fonte. Segundo, após o golpe civil-militar Dulce Rosa agia por corredores oficiais, festas, instituições, prisões, etc. para arrecadar finanças para o PCB, levar recados, trocar informações. Sempre elegante pelas belas roupas e joias, cumpria o perfil de filha de classe média, agindo sem levantar suspeitas e, conseqüentemente, sem ser taxada de subversiva. Deste modo, foi responsável pela manutenção financeira e operacional do partido naqueles primeiros momentos de instalação militar no Pará.

Por conta da exitosa atuação, dos préstimos à causa comunista, Dulce Rosa foi convidada a complementar seus estudos na União Soviética. Aceitou prontamente e viajou em 1969. Após seus estudos, casou-se com um italiano comunista, constituiu família e fixou residência na Itália até 2004. Neste período, enviando cartas a embaixadas e jornais, não se eximiu na luta pela redemocratização do país de origem. Neste sentido, suas memórias são incomensuráveis para compreender o Golpe e ditadura civil-militar a partir de uma perspectiva ainda não experimentada pela academia.

Em todos os depoentes percebi projetos pessoais para tornar públicas suas posturas políticas desde os tempos de ditadura. Assim, particularidades, que poderiam ser um amontoado de desconexos retalhos amiúde, forjaram uma manta com fartas e confiáveis costuras. Contiguamente, as memórias narradas e registradas em áudio e vídeo continham significados valiosos para compreender as experiências desses sujeitos culturais sobre ações e reações dos governantes paraenses ao longo do golpe civil-militar. Esta consciência motivou igualmente todos a me subsidiarem na empreitada desta argumentação.

Nos fins da década de 1950, o PCB e demais agremiações de esquerda estavam discutindo os caminhos a percorrer para conduzir o país ao Socialismo. Defendiam o acirramento das lutas contra o imperialismo norte-americano e até contra a ordem feudal (sic) ainda existente. Os discursos reformistas, subsidiados por grupos camponeses organizados em Ligas, pretendiam a reforma agrária com urgência. Outros, alinhavados com Jango, desejavam o fim das remessas de lucros para fora do país, a nacionalização de grandes capitais exploradores. Estudantes pretendiam a reforma e democratização do ensino superior.

O Pará não estava imune a este ambiente, contraditório, mas sempre necessário. Por aqui também pulularam grupos cujos debates eram também acalorados. O movimento estudantil estava alinhavado com o partido político que melhor representava esta vanguarda: o PCB. Somava-se a este um forte grupo ligado à Igreja Católica, JUC, e outro, mais envolvido com o movimento estudantil nacional, a Ação Popular (AP). O movimento estudantil era pulsante no início dos anos 1960. Organizados em grêmios ou Centros e Diretórios Acadêmicos, os estudantes produziam tabloides, como o T-UAP dirigido por José Seráfico de Carvalho. Denunciavam corruptos. Anunciavam novos tempos. Semeavam esperanças e se alimentavam de sonhos revolucionários.

Sem deixar de mencionar grupos e projetos com influência trotskista e outros independentes, havia, nos dizeres de Ruy Antonio Barata, um “projeto de autonomia” amazônica no Pará. Esta efervescência política agigantou-se com a posse de João Goulart na presidência do Brasil. No Pará, o governador Aurélio do Carmo, sempre aberto ao diálogo e expansivo na busca de apoio político, permitia-se dialogar no interior do Palácio de Governo com comunistas, inclusive. Paralelamente, uma grande campanha de *demonização* do socialismo movia-se por meio de empresas midiáticas, ações organizadas ou isoladas também agiam no sentido de brechar a todo custo as

expansões esquerdistas. Basta lembrar o desbaratamento do SLARDES por parte dos “lençõs brancos” na noite de 30 de março de 1964. Temiam pelas propriedades privadas, ameaça ao sistema capitalista e, principalmente, pela manutenção do *status quo*.

Nem as notícias das centenas de mortes por parte do governo da URSS arrefeceram os exaltados ânimos de uma mobilização socialista no Brasil. Jovens eram arrebanhados todos os dias para os quadros de esquerda. E na Amazônia Paraense, o ambiente global se reproduzia com tentáculos próprios.

Neste cenário aconteceu o Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. A UAP foi invadida, estudantes presos, incomunicabilidade na prisão da Gaspar Viana e 5ª Companhia de Guardas, torturas psicológicas. Atos Institucionais prevendo o bipartidarismo (AI-2) e o fim das liberdades individuais (AI-5) sepultaram as mobilizações democráticas. Aos dissidentes do regime, se queriam engajamento democrático em lutas contrárias ao projeto ditatorial, lhes restava a atuação pelas margens. Com manobras militares todo o rumo das vidas daqueles sujeitos havia sofrido drástica mudança. Compreender aquele momento era crucial para a sobrevivência na nova conjuntura.

Entre o ambiente de preocupação pelas prisões efetuadas na noite do dia 1º de abril de 1964 e os rompantes revolucionários de não fugir diante da ameaça, os narradores desta tecedura amanheceram no dia 2 de abril com a certeza de que o dia anterior seria inolvidável e ponto de partida para novos tempos. O texto raivoso da Tribuna da Imprensa circulou no país inteiro, e no Pará teve ecos principalmente com a Folha do Norte. Expressava bem o projeto político dos grupos civis-militares reacionários no Brasil. Em seu âmago, toda a eiva e revolta que antagonizava com as bandeiras reformistas erguidas por Jango. Os “pusilânimes covardes”, como enfatiza o jornal A Tribuna, haviam sido devidamente “derrotados” e prestes a sofrer esquarteramento de suas imagens. E assim foi.

Nos dias e anos seguintes ao Golpe Civil-Militar, dezenas de outras matérias foram publicadas com teor tão ou mais rancoroso que o texto da Tribuna. Os narradores deste trabalho, com variantes bem próximas, tiveram que conviver com horrorosas acusações propagadas a respeito da índole e caráter. Vale reforçar que, e isso valia para todos os quadros esquerdistas, as ofensas proferidas atingiam qualquer sujeito portador de visões políticas progressistas naquele momento. Para os grupos reacionários que

assumiam o poder, “comunistas” eram todos os críticos daquele modelo de desenvolvimento imposto pela ordem burguesa, patriarcal, coronelista. Assim, a imprensa midiática agia como porta voz de um projeto das elites aristocráticas do campo e cidade no Brasil dos anos 1960.

Todos, sem exceção, tiveram suas vidas radicalmente transformadas. As matérias jornalísticas, dedos em riste, comentários burlescos ao caminhar pelas ruas, passaram a fazer parte da cena cotidiana deles. Por conta disto, as marcas de remorsos, sofrimentos, ressentimentos, esperanças, orgulhos, altivez, estão nas narrativas, trejeitos e performances de todos.

Paes Loureiro, por exemplo, foi um dos que sofreram com a prisão apreensão do “Tarefa”, a prisão na Quinta Companhia de Guardas e, principalmente, o risco de morte pelo DOPS no Rio de Janeiro. Carrega traumas até hoje. Não era sujeito da lida e tradição política, como bem enfatizou nas entrevistas concedidas. Dulce Rosa sofreu mais com a própria ausência do país do que com as matérias pejorativas, mas mesmo fora do Brasil nunca deixou a luta pela redemocratização. André Costa Nunes, por meio de identidades alinhavadas com seringais e espaços urbanos, ziguezagueava entre um empreendimento e outro em busca de sobrevivência para camaradas do partidão. Sempre acusado de “chucro” e comunista ao mesmo tempo. *Pari passu*, Cláudio Barradas, nas cochias e palcos do SESI, ora gargalhava das confusões armadas junto aos censores, ora se preocupava com a possibilidade de ver-se enquadrado pela Lei de Segurança Nacional. Nas entrevistas, não deixou entrever rancores, mas fechou o sorriso ao lembrar da relação traumática com a censura. No caso do padre teatrólogo Cláudio Barradas, suas fugas para não entrar em rota de colisão com o projeto de poder civil-militar estavam nos palcos e textos encenados/adaptados.

Pedro Galvão de Lima e José Seráfico de Carvalho tiveram que conviver com o espectro das prisões e violências psicológicas ao longo de 59 dias trancafiados na Quinta Companhia de Guardas. Lideravam a UAP e o T-UAP, respectivamente. Arcaram alto custo pelo engajamento estudantil, sem demonstrar arrependimentos. Assim aconteceu também com Ruy Antonio Barata, mas este estava mais habituado com os traquejos políticos apreendidos com o “velho Ruy”. As matérias veiculadas pela Tribuna da Imprensa lhe serviam de ferramentas para seguir lutando em prol do Socialismo. Por fim, Alfredo Oliveira, ao afastar-se estrategicamente do partido, mesmo sendo pouco assediado pelo autoritarismo paraense, sofreu nos bastidores dos hospitais

públicos vendo o sofrimento e mazelas dos mais pobres impostas pelo estado. As acusações feitas por jornais lhes chegavam aos olhos e ouvidos, mas sua atuação estava para além das discussões partidárias. Era um homem dedicado ao ato mais sublime de um ser humano naqueles tempos de medos e prisões: mostrar o amor cotidianamente por meio de ações voluntárias de solidariedade.

Entretanto, apesar das dificuldades impostas pelo novo regime, em momento algum se ausentaram do embate. A maior parte das vezes, os dissidentes reagiram. Construíram artimanhas pequenas, mas engenhosas para demarcar posições. Produzindo peças teatrais com dúbios sentidos, enviando cartas a consulados e jornais, seja cometendo poemas aparentemente inocentes, estes atores entraram no palco de lutas com ações sagazes o suficiente para fazer-se notar na cena. E sofrer as consequências destes atos quando flagrados pelos olhares atentos da repressão.

Se tais ações os colocaram às margens durante os tempos de censura, por outro lado, em tempos democráticos estão na ordem do dia em diversas entrevistas, rodas de conversas, palestras, com a temática da Ditadura Civil-Militar. Apesar da longa demora, com algumas dissertações de mestrado envolvendo memórias nos tempos ditatoriais, estes mesmos sujeitos saem de zonas de silêncio nas quais foram enfiados por 20 anos.

O clima de tensão em decorrência das matérias jornalísticas, prisões, fugas, interrogatórios, censuras, ainda está latente nas seleções de cenas narradas pela memória. E assim encontram refúgio, passados quarenta e oito anos do 1º de abril de 1964, para seus sentimentos. Narrar foi, para todos, um grande prazer. Construí vínculos de amizade o suficiente para, ao reencontrá-los, ganhar afetuosos abraços e apertos de mão. Nas vezes que isto aconteceu, senti-me honrado.

O que movia minha admiração e conseqüente prazer em receber atenção de tais distintos sujeitos estava claro para mim. Eu fui, e sempre serei, admirador da nobre arte de perseverar em ideais de transformação de nossa realidade para condições menos injustas de relação entre *sapiens-sapiens*. Todos eles se posicionaram e conseguiram mostrar identidades com nobres valores. A questão, entretanto, era outra: o que os movia a direcionar tamanha atenção a mim? Seriam as descomprometidas etiquetas da boa educação tão somente. Obviamente não descarto esta possibilidade. Mas é preciso adentrar em outra questão para entender melhor esta última inquietação desta dissertação.

Sarlo (1997) ajudar a desanuviar esta questão ao indagar sobre a existência dos resíduos do passado fazendo-se notar no tempo presente. Pois, sobre este jaez, afirmo categoricamente que por meio de derrotas seguidas de derrotas, todos os narradores chegaram à vitórias. Percebi, buscando detalhes de suas experiências de vida, o quanto sofreram por defender seus sonhos. Assim, com quedas e sofrimentos, deram visibilidades e transformaram em axiomas seus discursos e práticas externadas nos últimos 50 ou 60 anos de vida. Conseguiram, pelas trilhas democráticas, impor seus projetos de vida como verdades.

Para constatar a anuência obtida pelos narradores em tela basta ver as numerosas petições públicas de ONGs e mobilizações populares pedindo a abertura dos inquéritos militares, o julgamento e punição aos torturadores e assassinos do regime. Outro exemplo reside nos mandatos presidenciais dos últimos vinte anos. Todos, desde Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Luis Ignácio Lula da Silva (2002-2010), até Dilma Rousseff (2010-2014), foram vítimas de alguma maneira da Ditadura Civil-Militar. A última, inclusive, chegou a ser torturada fisicamente e seu algoz hoje enfrenta a Justiça para explicar-se. Os criminosos de 1964, como acusava a Tribuna, são os heróis de hoje.

Assim, é provável que os narradores ao dedicar atenção a minha pessoa estejam ainda em plenas “batalhas da memória” (REIS, 2000)²⁸. Concedendo entrevistas cuja temática envolve o passado vincado pela dor, estão operando com identidades sabiamente arquitetadas para dar vazão a seus projetos de emersão. Ou, nos dizeres de Sarlo (1997)²⁹, valem-se da memória e narrativas históricas como ferramentas contra o esquecimento. A dissertação, portanto, é mais um ardiloso instrumento destes sujeitos que não pararam de semear perspicácias.

²⁸REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Zahar, 2000.

²⁹ SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. 1997.

_____. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Olympio Mourão Filho, portanto, na condição de militar, não era o único representante da aventura que mergulhou a democracia brasileira numa noite de vinte anos (1964-85).³⁰ Daí se justifica a tese do golpe ser de caráter civil e militar.

Por fim, além das narrativas, todos ainda operam com recordações tênues, fugazes, idas e, acima de tudo, com um bonito sonho de lutas, com grandes lições de amor e cidadania. Foram sentimentos, paixões, medos recalques, angústias, orgulhos... Mesclados em depoimentos agitados/calmos e nervosos/serenos. Em simbiose; ao mesmo tempo. Transmitir a experiência vivida por meio de sorrisos, pernas balançando, tensões faciais e toda sorte de performances do corpo e da voz são formas de compreender e explicar o golpe e a Ditadura Civil-Militar. No rufar de teóricos que se ombreiam nos Estudos Culturais, não me acanho de tentar!



³⁰ Em pesquisa com jornais de circulação na Amazônia Paraense, nos primeiros três anos da década de 1960, antes do Golpe, portanto, junto à seção de Jornais/Obras Raras, da Fundação Tancredo Neves – Centur, constatei discursos jornalísticos com satanização do termo “Comunismo”. As matérias versavam sobre o “Perigo Vermelho”, “Cubanização”, “Avanço Comunista” e outras expressões que instigavam os leitores da região a pensar esse regime sócio-político-econômico como um inimigo a ser combatido. O papel do bispo Dom Alberto Ramos no processo de caça aos padres com ideais comunistas infiltrados nas fileiras da Igreja também é descrito no mesmo trabalho. Sobre a ação dos jornais em circulação na Amazônia Paraense nas vésperas do Golpe Militar.

Sobre este tema ver: VELARDE, Jaime Cuéllar; SOEIRO, Marivaldo. **O Vermelho nas Letras de Jornais**: uma análise dos discursos anticomunistas na imprensa paraense (1961-64). Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História do Brasil. Belém (PA): IDEPA, 2005.